

Destruindo o País

A gravidade da crise pode ser medida pela confusão mental que reina no País, onde pessoas aparentemente responsáveis, a pretexto de servir aos interesses do Brasil, acabam causando prejuízos irreparáveis à Nação. Além disso, usa-se e abusa-se de palavras como "soberania" e "nacionalismo" e se acusam constituintes de pretender alienar o País. Nesse último caso, entra a campanha que se move contra os srs. Delfim Netto, Afif Domingos e Roberto Campos, que em sua luta contra a estatização conseguiram manter tal qual o texto do artigo 169 da Constituição: "A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei". Tendo sido derrotados em seu intento de estender o monopólio ao transporte, ao refino e aos gases naturais (e não apenas aos nobres, como consta da lei), os senhores "nacionalistas" investem contra os citados constituintes, acusando-os de haver retirado do texto aquilo que nele desejariam ver inscrito. Que pretendem? Enganar a opinião pública ou enganar-se a si próprios?

O primeiro caso parece-nos mais grave. Afinal, ainda que a contragosto, nos acostumamos ao fato de a Petrobrás exercer atividades que, constitucionalmente, não deveriam ser exclusivamente dela. Quando, porém, a pretexto de salvar o Brasil da sanha imperialista, se criam as condições para que o País seja alvo de medidas de represácia plenamente legitimadas pelo Direito Internacional e pelos usos e costumes entre nações civilizadas, pode-se perguntar se os que arruínam o Brasil estão no pleno gozo de suas faculdades mentais, ou simplesmente brincam de constituintes. A tentativa de expulsar os bancos estrangeiros do Brasil é ilustrativa do crime que se está cometendo contra a Nação sem que ela esboce reação à altura da ameaça. Prova maior, pois, de que a crise se aproxima rapidamente de seu desenlace, já que são poucos os que se incomodam com isso, a maioria dando-se por feliz em assistir ao espetáculo...

Quando os números divulgados pelas indústrias começam a apontar o início de processo recessivo de monta, é necessário investir para evitar o pior. Se quiser, de fato, garantir crescimento econômico à taxa de 5%, pretendida pelo Executivo, o Brasil precisará trazer *new money* do Exterior. Não se diga que a soma de recursos a ser carreada para cá é insignificante. Nada disso — eles totalizam seis bilhões de dólares. A verdade, entretanto, é que, sabendo disso, os "nacionalistas" da Assembleia Nacional Constituinte tudo fa-

zem, sem grandes protestos, para fechar o Brasil, escolhendo Moçambique como modelo de desenvolvimento — ou a Albânia, como sugerem alguns.

Os albaneses e os moçambicanos — os verdadeiros xiitas, no Irã, pelo menos compram armas dos aliados de Sata, chamem-se Estados Unidos ou Israel — que militam na Constituinte já conseguiram fechar as fronteiras ao Exterior: o mercado (não o Municipal, mas essa criação lógica chamada *mercado*, em economia) será transformado em patrimônio nacional (reservado, portanto, aos que estão conseguindo sucatear o parque industrial ao abrigo da SEI, como deu a entender o presidente Sarney em seu último discurso), e os bancos estrangeiros terão um ano de prazo para liquidar suas contas, receber o que puderem e desaparecer. Com isso, mais o monopólio da pesquisa, da lavra, do transporte, do refino, da distribuição de petróleo e derivados, mais o do gás natural e dos gases raros, mais a União se imitando na propriedade de todo o subsolo, o Brasil estará a salvo da sanha imperialista. A esses moçambicanos, somam-se os elegantes estrangeirados do "grupo da poire", que, instalados no Executivo, não têm constrangimentos em seguir orientação contrária à do presidente e em contribuir para o maior sucateamento da indústria e o maior isolamento do País no mundo. Agora, embora neguem, pretendem a criação da Secretaria Especial de Química Fina, nos moldes da SEI! Assim, na Constituinte e no Ministério da Ciência e da Tecnologia (para não falar em algumas salas do Planalto), se cuida de perder o Brasil a pretexto de salvá-lo.

Desastrado, corroído por gritantes contradições internas, o Poder Executivo corre de um lado para outro, à procura da verdade. Onde está ela, afinal? Na solicitação de novos créditos externos ou na adoção de providências tendentes a transformar o País em autarcia, isolado do mundo, albanizado, enganosamente se bastando a si mesmo? O chefe do Executivo parece estar atento ao fato de que é preciso colaborar com o Exterior. O ministro Archer parece pensar o contrário. Na Constituinte, existe quem decididamente pretenda o isolamento — pois ele permitirá instalar o regime em que será mais fácil a nova classe andar de carros europeus, importados, enquanto o povo irá de ônibus, se é que eles existirão.

Nunca será demais insistir no dano que o espírito moçambicano dos constituintes ou dos estrangeirados da *pótre* causará ao Brasil se for aprovada a

exclusão dos bancos estrangeiros do sistema financeiro nacional. Fomos talvez dos primeiros a erguer a voz, estranhando o silêncio da iniciativa privada diante da enormidade da iniciativa. Agora, é com prazer que vemos dois altos funcionários do governo, um, diretor do Banco do Brasil, outro, secretário do Tesouro Nacional, dizer aos constituintes aquilo que já havíamos escrito: a decisão da subcomissão, que teve como relator o deputado Fernando Gasparian, se for aprovada finalmente em plenário trará prejuízos incalculáveis ao Banco do Brasil (que deixará de ter enormes lucros no Exterior), ao Banespa e a bancos privados brasileiros, além de prejudicar o Executivo no momento em que vai renegociar a dívida externa. Seria bom que, em vez de abrir uma crise institucional apenas para defender seu mandato, o presidente executasse política que comprovasse seu comprometimento com a idéia de um Brasil moderno, aberto, pluralista e democrático — não permitindo que moçambicanos, albaneses e estrangeirados levasssem o País à desgraça.

O simples fato de a tendência albanesa ter sido vitoriosa em subcomissão somou-se ao nacionalismo tacanho praticado na SEI e em outras repartições governamentais e ao caráter erradico da política econômica. Como resultado disso tudo os capitais estrangeiros continuam deixando o País em vez de procurar: ainda agora se sabe que, até março, as empresas estrangeiras repatriaram 50 milhões de dólares, que de outra forma poderiam ter sido reinvestidos, contribuindo para evitar a recessão. Talvez o depoimento do sr. Adroaldo Moura da Silva, ao mostrar que o Banco do Brasil realiza fora do País mais lucros do que no território nacional, e que a instituição de crédito levantou no Exterior depósitos mais volumosos do que aqueles que possui aqui, convença a Constituinte do disparate que se está pretendendo fazer.

A crise é séria demais para que moçambicanos, albaneses e estrangeirados dirijam a política econômica internacional do Brasil. Decididamente, eles são incompetentes — além de pretender destruir o que resta do poder político da iniciativa privada a fim de apressar o advento do regime moçambicano, inspirado pelos bispos da Teologia da Libertação. O Brasil construído por esses antistes e orientado por moçambicanos, albaneses e estrangeirados será, sem dúvida, um país digno de estudos. Isso, porém, se resistir à experiência.